

Responsabilidade enunciativa e ponto de vista: análise de um pronunciamento de Jair Bolsonaro sobre a pandemia da Covid-19 no Brasil

Enunciative responsibility and point of view: analysis of a statement by Jair Bolsonaro about the Covid-19 pandemic in Brazil

Hugo Henrique Trajano de Sousa¹
Aurea Zavam²

Resumo: Este artigo tem como objetivo investigar como se processa a responsabilidade enunciativa e o ponto de vista de Jair Bolsonaro (L1/E1) em um pronunciamento sobre a pandemia da COVID-19, feito em 24 de março de 2020. Situado no campo da Linguística Textual, este estudo ancora-se na abordagem teórico-metodológica da Análise Textual dos Discursos (ATD), desenvolvida por Adam (2008), e nas reflexões de Rabatel (2016), no que se refere à problemática do ponto de vista (PDV) e da responsabilidade enunciativa (RE), tomados como categorias analíticas. A partir das análises, foi possível apontar uma predominância do PDV assertado e do PDV narrado, indicando que o locutor-enunciador principal ora manifesta explicitamente sua posição, opinião e teses, assumindo a RE pelas proposições-enunciado, ora discute sobre os PDV imputados aos enunciadores segundos. Nesse sentido, ao explicitar suas opiniões e juízos de valor, L1/E1 quer construir ante seu interlocutor a imagem de um líder político preocupado com a saúde física, mas também com a economia e com a renda das famílias brasileiras, atitude distinta daquela imputada aos enunciadores segundos (governadores, prefeitos e mídia). Portanto, a gestão dos diferentes PDV constrói um efeito interpretante mais global, com a explicitação do posicionamento de L1/E1 revelando a ação visada.

Palavras-chave: responsabilidade enunciativa; ponto de vista; argumentatividade; pronunciamento presidencial.

Abstract: This article aims to investigate how enunciative responsibility and Jair Bolsonaro's (L1/E1) point of view are processed in a statement on the COVID-19 pandemic, made on March 24, 2020. Situated in the field of Textual Linguistics, this study is anchored in the theoretical-methodological approach of Textual Analysis of Discourses (TAD), developed by Adam (2008), and in the thoughts of Rabatel (2016), regarding the problematic of point of view (POV) and enunciative responsibility (ER), taken as analytical categories. From the analyses, it was possible to point out a predominance of asserted POV and narrated POV, indicating that the main speaker-enunciator sometimes explicitly manifests his position, opinion, and thesis, assuming the SR by the propositions-enunciated, and sometimes discusses the POV imputed to the second enunciators. In this sense, by making explicit his opinions and value judgments,

¹ Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-graduação em Linguística, Fortaleza, CE, Brasil. Endereço eletrônico: hugohenrique54@gmail.com.

² Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-graduação em Linguística, Fortaleza, CE, Brasil. Endereço eletrônico: aurea@ufc.br.

L1/E1 wants to build before his interlocutor the image of a political leader concerned with physical health, but also with the economy and the income of Brazilian families, an attitude different from that imputed to the second enunciators (governors, mayors and media). Therefore, the management of the different POV builds a more global interpretant effect, with the explicitness of L1/E1's positioning revealing the targeted action.

Keywords: enunciative responsibility; point of view; argumentativeness; presidential pronouncement.

Introdução

No final do ano de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi notificada sobre a existência de inúmeros casos de *pneumonia* na cidade de Wuhan, localizada na província de Hubei, na China. Em 7 de janeiro de 2020, pesquisadores chineses apontaram um novo tipo de coronavírus, não identificado antes em seres humanos, como a causa dessa *pneumonia*. Temporariamente nomeado de *2019-nCoV*, o vírus recebeu, posteriormente, em 11 de fevereiro de 2020, o nome de SARS-CoV-2, sendo, então, o agente etiológico da doença COVID-19. Rapidamente o vírus se espalhou por outros países, e, em 11 de março de 2020, a OMS alterou o status da contaminação de epidemia para pandemia³. Diante do número cada vez maior de vítimas, a população voltou sua atenção para os pronunciamentos de autoridades sanitárias e políticas, tendo em vista a obtenção de informações sobre medidas preventivas, formas de contágio e de tratamento.

Cavalcante *et al.* (2020) lembram que 26 de fevereiro de 2020 é a data de confirmação do primeiro caso de COVID-19 no Brasil. Nesse cenário, o Poder Executivo, na figura de seu representante, o então presidente Jair Messias Bolsonaro (Partido Liberal – PL), atuou de diferentes maneiras no trato sobre a doença. Contrário a medidas de prevenção contra a COVID-19, como o uso de máscara e distanciamento social mais restritivo (*lockdown*), Bolsonaro construiu junto ao seu interlocutor, por intermédio de mídias sociais particulares (*Facebook, Twitter, YouTube*), mas também das mídias estatais de informação, um posicionamento notoriamente negacionista sobre a COVID-19, por meio da minimização de sua gravidade e até da negação de sua existência. Atacando autoridades políticas e a mídia, os pronunciamentos de Bolsonaro sobre a COVID-19 são elaborados, sobretudo, apoiando-se na desinformação, em *fake news*, no sarcasmo e na ironia (LOPES; BRITO; SANTOS, 2022).

Como exemplo dessa postura, destacamos, aqui, seu pronunciamento de 24 de março de 2020, que foi transmitido em cadeia de rádio e televisão. Dada a importância desses fatos para

³ Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 11 dez. 2022.

a compreensão da história política e sanitária brasileira, nosso objetivo, neste trabalho, é investigar como se processa a responsabilidade enunciativa e o ponto de vista no referido pronunciamento, focalizando, para isso, as instâncias enunciativas e estados do ponto de vista presentes e predominantes nesse texto.

Em sua proposta teórico-metodológica de Análise Textual dos Discursos (ATD), Adam (2008) define oito níveis ou planos de análise a partir dos quais texto e discurso passam a ser investigados de forma articulada. Considerando nossos objetivos, destacamos, neste artigo, o plano enunciativo, categoria de análise pensada por Adam (2008) para cobrir aspectos textual-discursivos ligados às noções de responsabilidade enunciativa (RE) e coesão polifônica. Nesse cenário, grande importância tem a discussão em torno do conceito de ponto de vista (PDV). Ancorando-nos nos postulados de Rabatel (2016) sobre essa questão, interessa-nos, primeiramente, sua distinção das diferentes instâncias enunciativas e sua classificação do ponto de vista.

Apresentadas essas questões, quanto aos procedimentos metodológicos, este estudo resulta de uma pesquisa de natureza qualitativa, visto que nosso objetivo é interpretar e explicar, por meio de categorias previamente definidas, a RE e o PDV no pronunciamento feito por Jair Bolsonaro. Nesse sentido, assumimos que o pronunciamento é um gênero produzido para ser realizado oralmente, contudo, neste artigo, vamos nos deter na análise do texto escrito, conforme disponibilizado no site do Planalto Federal.

No tocante à organização deste artigo, além desta seção de introdução, apresentamos, a seguir, duas seções destinadas à discussão teórica e, na sequência, trazemos os resultados e discussões de nossas análises, seguidos de nossas considerações finais e referências.

Proposição-enunciado e responsabilidade enunciativa para Adam

Ao questionar o conceito de frase como unidade de análise textual, argumentando que ela, ainda que seja uma unidade de segmentação tipográfica pertinente, não apresenta uma estrutura sintática com suficiente estabilidade, Adam (2008) defende, em seu lugar, que a proposição-enunciado seja adotada como a unidade textual mínima de análise. Produto do ato de enunciação de um enunciador inseparável de um coenunciador, a proposição-enunciado é, de acordo com Adam (2008, p. 109), ao mesmo tempo, uma microunidade sintática e uma microunidade de sentido, e, tal como uma proposição clássica, liga um objeto de discurso e o que é dito a seu respeito por intermédio de um predicado verbal ou nominal, ou ainda de um monorrema, como em *Cuidado!*, *Vamos!*, *Sim* e *Não* (partículas frasais proferidas como resposta) etc.

Além disso, o autor delimita a proposição-enunciado em três dimensões: a enunciativa (A), que diz respeito à responsabilidade enunciativa de uma proposição – apresentada como inseparável da noção de ponto de vista (PDV); a referencial (B), que trata da referência como construção de um conteúdo proposicional –, e, por último, a argumentativa (C), que se refere às potencialidades argumentativas dos atos de discurso. Cabe destacar que essas três dimensões não têm caráter hierárquico, e, complementando-se, podem ainda ocorrer simultaneamente no discurso. A essa discussão, Adam (2008) acrescenta que não existe enunciado isolado, pois, mesmo que apareça sozinho, sempre estará ligado a outros para manter a continuidade semântica. Essa condição de ligação é determinada, em grande parte, de acordo com o autor, pela orientação argumentativa.

Na dimensão da responsabilidade enunciativa, a que nos interessa estritamente neste estudo, considera-se o desdobramento polifônico, ou jogo de vozes, na construção dos sentidos de um enunciado. Conforme expõe Adam (2008), é possível observar a responsabilidade enunciativa de uma proposição, isto é, da assunção, ou não, do conteúdo enunciado pelo locutor-narrador, em um grande número de categorias e marcas linguísticas. Descritas minimamente pelo autor, algumas dessas categorias são as seguintes: os índices de pessoas; os dêiticos espaciais e temporais; os tempos verbais; as modalidades; os diferentes tipos de representação da fala; as indicações de quadros mediadores; os fenômenos de modalização autonímica e as indicações de um suporte de percepções e de pensamentos relatados. A problemática da responsabilidade enunciativa, ou ponto de vista, é trabalhada igualmente por outros pesquisadores, a exemplo de Rabatel (2016), cuja proposta teórica, cara aos objetivos do presente artigo, será apresentada mais adiante.

Na dimensão referencial, ou semântica, trabalham-se os processos de representação discursiva (Rd), realizados no e pelo discurso, a partir dos quais os sujeitos constroem, em interação e em co(n)texto, diferentes versões do mundo. Ancorando-nos em Mondada e Dubois (2022), é possível afirmar, então, que as múltiplas representações discursivas (Rd) da realidade revelam, em sua essência, o caráter constitutivamente instável das categorias e objetos de discurso. Por isso, a defesa de que os sentidos dos enunciados não estão prontos e acabados, mas, sim, são coconstruídos *ad hoc* pelos interlocutores na atividade discursiva. Nesse sentido, solicita-se dos parceiros da enunciação, para a construção das representações discursivas, além dos saberes sobre o código linguístico, a ativação, intersubjetivamente, de seus conhecimentos de mundo e de suas competências cognitivas.

Por último, na dimensão argumentativa, estudam-se as operações argumentativas realizadas pelo locutor na tentativa de persuasão sobre seu interlocutor ou auditório. Para Adam

(2008), todo enunciado, mesmo uma simples descrição sem o uso de conectores, possui uma orientação argumentativa [ORarg], conferindo-lhe, assim, um valor ou uma força ilocucionária [F] – uma afirmação, um juramento, uma recomendação, um convite, etc. – mais ou menos identificável. Expressando-se linearmente ou não na estrutura do texto, assim como a dimensão enunciativa, o processo argumentativo abre espaço para a contra-argumentação dos interlocutores, fato esse que possibilita, também, a observação de seus posicionamentos e pontos de vista.

Importante destacar que na ATD a dimensão contextual desempenha importante papel no processo de construção dos sentidos dos enunciados. De acordo com Adam (2008, p. 53), “a interpretação de enunciados isolados apoia-se tanto na (re)construção de enunciados à esquerda e/ou à direita (co-texto) como na operação de contextualização, que consiste em imaginar uma situação de enunciação que torne possível o enunciado considerado”. Nesse sentido, para o linguista francês, a análise da materialidade textual deve se fundamentar numa investigação co(n)textual do sentido, isto é, que considere os dados linguísticos mais ou menos visíveis na tessitura do texto, como também o contexto mais amplo (social, histórico, cognitivo) em que esses enunciados são realizados.

Compreendida a proposta de Adam (2008), apresentamos, a seguir, as discussões de Rabatel (2016) sobre a problemática do ponto de vista.

Responsabilidade enunciativa e ponto de vista por Rabatel

Ao propor sua discussão sobre a problemática do ponto de vista (PDV)⁴, Rabatel (2016) apresenta sua definição de locutor e enunciador, concebidos como as duas instâncias enunciativas do ponto de vista.

Sobre o primeiro, o autor compreende ser o locutor a instância de produção fônica ou gráfica de um enunciado, isto é, o responsável por produzir o enunciado e trazer para seu texto pontos de vista de enunciadores segundos, “conforme um posicionamento dêitico ou um posicionamento independente do *ego*, *hic et nunc*” (RABATEL, 2016, p. 82). Quanto ao segundo, o autor define enunciador como a instância fonte na origem de um ponto de vista, responsável, portanto, pela assunção da responsabilidade enunciativa pelos conteúdos proposicionais. Diante disso, pode-se afirmar que todo locutor pode ser um enunciador, pois pode ecoar, em seu discurso, em várias fontes, porém, nem todo enunciador é locutor, porque

⁴ Em suas teorizações, Adam (2008) e Rabatel (2016) empregam, respectivamente, as siglas PdV e PDV para se referir à abordagem do ponto de vista. Em nosso trabalho, por seguirmos Rabatel (2016), temos adotado a forma PDV.

ele não é, necessariamente, a instância de produção fônica e escritural de um enunciado (RABATEL, 2016).

Compreendidas essas noções, ao sincretismo entre locutor/enunciador primário, Rabatel (2016) nomeará como L1/E1, distinguindo-o dos locutores/enunciadores encaixados, internos ao discurso, L2/E2 etc., e do enunciador sem locutor, e2. Em síntese, para o autor, “todo PDV é assumido, seja diretamente, por um locutor/enunciador primeiro, seja indiretamente, por um locutor/enunciador segundo (intratextual), seja, ainda, por um enunciador segundo não locutor” (RABATEL, 2016, p. 82). À vista do que defende o investigador, é possível afirmar que não há discurso neutro, imparcial, uma vez que a atividade enunciativa pode ser compreendida como um evento que mobiliza variadas estratégias discursivas – percebidas, por exemplo, seja na escolha dos referentes, seja na seleção das diferentes vozes, consoantes ou dissonantes, trazidas para o diálogo intratextual – em defesa de um PDV geral.

Nesse sentido, pode-se definir PDV como:

[...] os meios linguísticos pelos quais um sujeito considera um objeto, em todos os sentidos do termo considerar, quer o sujeito seja singular ou coletivo. Quanto ao objeto, ele pode corresponder a um objeto concreto, certamente, mas também a um personagem, a uma situação, uma noção ou um acontecimento [...]. O sujeito, responsável pela referenciação do objeto, exprime seu PDV, tanto indiretamente, por comentários explícitos, como indiretamente, pela referenciação, isto é, pelas escolhas de seleção, combinação, de atualização do material linguístico (RABATEL, 2016, p. 30).

Assumindo o pressuposto de que toda proposição-enunciado denota uma instância que assume a responsabilidade pelo dito, o autor distingue, então, diferentes variedades de responsabilidade enunciativa (RE). De um lado, Rabatel (2016) distingue a RE, em que L1/E1 assume, por sua própria conta, os conteúdos proposicionais que ele julga como verdadeiros e, de outro lado, a imputação, referindo-se aos casos em que L1/E1 atribui os conteúdos proposicionais a um enunciador segundo (e2). Além disso, o autor também defende a hipótese de uma *quase-RE*, referindo-se à imputação do PDV a um e2, com posicionamento de L1/E1. Rabatel (2016, p. 88) afirma que as aspas indicam que essa RE não é propriamente uma responsabilidade enunciativa, “mas que ela é, no entanto, necessária para que L1/E1 possa, em seguida, ser determinado, relativamente a esse PDV”.

Rabatel (2016, p. 90) reconhece ainda a complexidade da RE por imputação ao mencionar que nem todas as línguas, a exemplo do francês, possuem marcas morfológicas para a identificação desse tipo de RE. Contudo, o autor elenca três situações que podem ser consideradas na análise do PDV imputado por L1/E1 a um e2, mesmo quando esse último não diz nada:

- a) Relatos de e2: quando L1/E1 apoia-se em algo que e2 teria lhe dito/afirmado, anteriormente à enunciação – “Essas questões de responsabilidade enunciativa são o pesadelo de Pierre, *ele me disse / ele reconheceu isso*”.
- b) Relatos de terceiros: quando L1/E1 apoia-se em algo que terceiros lhe disseram/afirmaram a respeito de e2, anteriormente à enunciação – “Essas questões de responsabilidade enunciativa são o pesadelo de Pierre, *disseram-me / asseguraram-me*”.
- c) Inferências: quando L1/E1 apoia-se em inferências levantadas a partir de comportamentos de e2 anteriores à enunciação – “Essas questões de responsabilidade enunciativa são o pesadelo de Pierre, *eu verifiquei isso frequentemente*” (RABATEL, 2016, p. 91, grifos nossos).

Por último, destacamos que essa quase-RE, imputada a e2, mostra-se necessária, pois é a partir dela que L1/E1 poderá, em seguida, posicionar-se com relação ao PDV de e2 (RABATEL, 2016, p. 88), mostrando, assim, uma atitude de *acordo*, *desacordo* ou *neutralidade* com o PDV imputado. Nesse sentido, se L1/E1 se mostra favorável ao PDV atribuído por ele a e2, ambos compartilham o mesmo PDV, e, portanto, estamos diante de uma situação de concordância. Por sua vez, o desacordo marca a não assunção de responsabilidade por L1/E1, isto é, sua discordância ante o PDV atribuído a e2. Já a neutralidade manifesta um afastamento de L1/E1, que, por algum motivo, não deseja revelar se é favorável ou não ao PDV imputado a e2. Todavia, como lembra Rabatel (2016), essa neutralidade é teoricamente possível, mas não durável, posto que, em algum momento, será cobrado que L1/E1 assuma partido quanto ao conteúdo proposicional.

Mais adiante em suas reflexões, Rabatel (2016) propõe distinguir o PDV em três modalidades distintas: i) PDV representado; ii) PDV narrado; e iii) PDV assertado. O primeiro desses estados, o PDV representado, diz respeito às percepções, aos pensamentos e às reflexões aparentemente objetivas de um e2 (o focalizador ou enunciador) – nem sempre nomeado, embora seja possível determinar sua presença no texto – sobre um objeto percebido (o focalizado). De acordo com Rabatel (2016, p. 125), para ser representada, a percepção deve se fazer objeto “[...] de uma expansão, na qual o focalizador detalhe diferentes aspectos de sua percepção inicial, entregue-se, em pensamentos não verbalizados, a inferências sobre o que ele percebe e, eventualmente, comente algumas características delas”.

Além disso, o autor assinala que, nesse primeiro estado distintivo do PDV, não é necessário que essa percepção seja predicada, podendo um PDV ser identificado, então, como um PDV representado, mesmo com a ausência de mecanismos linguísticos que sinalizem que

se trata de uma focalização representada a partir de um e2. Conforme propõe Rabatel (2016), três são os mecanismos linguísticos necessários para identificar a existência do PDV representado: i) a quebra entre primeiro e segundo plano do texto (distinção ação/percepção); ii) o uso dos tempos verbais *pretérito imperfeito* e *mais-que-perfeito* do indicativo (especialmente o primeiro); e iii) a relação dependente da anáfora associativa entre as percepções representadas nos segundos planos e a percepção predicada nos primeiros planos.

Na segunda modalidade de PDV, o PDV narrado, Rabatel (2016) debruça-se sobre o conceito de empatia. Compreendida, nessa abordagem, como as atitudes de um enunciador primário em relação aos enunciadores segundos do evento comunicativo, a empatia trata, mais precisamente, da apresentação de informações a partir de um dos atores do enunciado acerca do outro. Ainda segundo o autor, pode-se reconhecer o PDV narrativo a partir da identificação de algumas marcas linguísticas de empatia. Entre essas marcas, Rabatel (2016) aponta, por exemplo, o *foco de empatia*, noção relativa à escolha de uma forma passiva ou ativa do enunciado. Além disso, o PDV narrado pode ser indicado também pela citação de um nome próprio – sujeito de um verbo de movimento (como realizar) –, por pronomes possessivos (seu, sua, dele, dela etc.) e pelas atribuições do processo mental, relativas ao sujeito nomeado no texto.

Por fim, quanto à terceira dimensão do PDV, o PDV assertado, Rabatel (2016) diz que ela é similar à noção de opinião manifestada ou de tese, podendo aparecer tanto em textos narrativos, como em atividades languageiras informativas, explicativas e argumentativas, monologais ou dialogais, a partir das falas relatadas de personagens ou dos julgamentos do narrador. Nesse tipo de PDV, observa-se que as falas, pensamentos e juízos de valor são expressos de forma explícita no texto, diferentemente do que ocorre no PDV representado, em que o pensamento do focalizador é expresso implicitamente, não aparecendo, assim, nas falas relatadas do narrador e de personagens. O PDV assertado frequentemente aparece, no discurso narrado, precedido por verbos de processo mental (ver, ouvir, sentir etc.) e enunciado por um verbo de comunicação (dizer, contar, chamar, etc.).

Apresentadas essas três formas dos PDV, Rabatel (2016) nos lembra que, em sua proposição-enunciado, o enunciador pode ocultar estrategicamente sua subjetividade, mascarando a origem enunciativa de seu discurso. Nesse processo, cabe ao leitor avisado buscar a “origem enunciativa dessas frases ou desses discursos ‘sem fala’, dessas asserções ‘sem enunciador’, [...]” (RABATEL, 2016, p. 164). Assim, enquanto no PDV representado as percepções pessoais são objetivadas a partir das descrições de um enunciador implícito – “literalmente, eu não disse nada, portanto, não há nada contra a minha maneira de ver” –, no

PDV narrado, essas falas pessoais são ocultadas por meio de uma narração tão objetiva quanto possível – “isto se passou assim, não sou a favor de nada disso”. Aparentemente, o PDV assertado escaparia a esse processo de ocultação, porque se apoia, explicitamente, em atos de fala. Todavia, Rabatel (2016) mostra que, nessa dimensão, é possível ativar alguns mecanismos que buscam definir os limites da interpretação ou que dão aos traços pessoais um caráter *objetivo, científico etc.*

Apresentada nossa base teórica, trazemos na seção seguinte nossas discussões a partir da análise de um pronunciamento de Jair Bolsonaro sobre o tópico discursivo *pandemia da COVID-19 no Brasil*.

Resultados e discussões

Realizado de forma oralizada e transmitido, oficialmente, em cadeia de rádio e televisão – embora também possa circular na modalidade escrita, principalmente no contexto digital –, o pronunciamento presidencial se configura como um gênero textual cujo propósito comunicativo mais imediatamente atribuído é o de apresentar à população o posicionamento do chefe do Poder Executivo e do Governo Federal quanto a algum evento ou fato de interesse da nação – por exemplo, tragédias e datas importantes e festivas. Sabendo do papel das lideranças políticas no trato das problemáticas da nação, ao longo da pandemia da COVID-19, diante do número cada vez maior de vítimas e infectados pelo coronavírus, supõe-se que os cidadãos brasileiros buscaram nos pronunciamentos dessas autoridades, principalmente na figura do Presidente da República, orientações sobre medidas preventivas, formas de contágio e de tratamento, assim como uma palavra de conforto que os pudesse tranquilizar naquele momento de incerteza e medo.

Durante importantes momentos da pandemia da COVID-19, o então chefe do Poder Executivo brasileiro, Jair Messias Bolsonaro (PL), deu uma série de declarações – transmitidas em canais de informações particulares, mas também em mídias estatais de informação – que, pelo seu teor agressivo, minimizador e negacionista das formas de transmissão e consequências do coronavírus, provocaram indignação e preocupação em diferentes segmentos da comunidade nacional e internacional. Em sua primeira manifestação pública sobre a pandemia mundial de coronavírus, realizada em 09 de março de 2020, em Miami/Flórida, quando o Brasil registrava 25 casos confirmados e 930 casos suspeitos de COVID-19⁵, Bolsonaro declarou que, no seu

⁵ Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos/2020/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-encontro-comunitario-miami-florida>. Acesso em: 12 dez. 2022.

entender, “o poder destruidor desse vírus” “está sendo superdimensionado”, “talvez [...] até por questões econômicas”⁶.

Posteriormente, ainda no mesmo ano, em seu pronunciamento de 24 de março⁷, nosso objeto de análise, Bolsonaro voltou a reafirmar sua desconfiança quanto à gravidade da pandemia, acusando a mídia de ser a responsável por espalhar a sensação de pavor, o caos e a histeria. Além disso, em referência a uma fala do médico oncologista Drauzio Varella, Bolsonaro chega a apelidar a COVID-19, ironicamente, de “gripezinha” e “resfriadinho”, fala amplamente questionada e discutida. Ainda nesse pronunciamento, Bolsonaro afirmará sua posição contrária à adoção de medidas preventivas contra o vírus causador da COVID-19 – como o uso de máscaras e distanciamento social, sobretudo no que diz respeito ao chamado *lockdown* –, e mencionará, também, a cloroquina – um remédio utilizado no tratamento da malária, mas que, de acordo com o então presidente, seria um possível medicamento a ser utilizado para tratar da COVID-19.

Para nossa análise da RE e PDV no pronunciamento de Jair Bolsonaro, apresentamos no quadro a seguir os principais subtópicos discursivos identificados por nós na enunciação de L1/E1 (Jair Bolsonaro/Governo Federal), bem como destacamos as instâncias enunciativas, as proposições-enunciado e as marcas linguísticas de RE que mostram a presença das diferentes vozes no texto. Posteriormente, vamos investigar como L1/E1 se posiciona ante essas outras instâncias enunciativas, responsabilizando-se ou não pelos conteúdos proposicionais ditos. Para facilitar nossa descrição e interpretação, ressaltamos que os trechos retirados do pronunciamento receberão uma marcação numérica e/ou alfanumérica, colocada antes de cada proposição-enunciado, entretanto essa marcação pode não indicar a ordem em que os excertos aparecem no texto original, que pode ser consultado, lembramos, a partir do link já disponibilizado na nota de rodapé 5.

Quadro1 – Subtópico discursivo, instância enunciativa e marcas de RE e *quase-RE* no pronunciamento de 24 de março de 2020 feito por Jair Bolsonaro

Pronunciamento de 24 de março de 2020			
Subtópico discursivo	Instância enunciativa	Proposição-enunciado	Marcas linguísticas
Enfrentamento ao coronavírus	L1/E1 – Jair Bolsonaro/Governo Federal	(1a) “Começamos a nos preparar para enfrentar o Coronavírus, pois <u>sabíamos</u> que mais cedo ou mais tarde ele chegaria ao Brasil”.	“Começamos” “Sabíamos”

⁶Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/09/bolsonaro-diz-que-poder-destruidor-do-coronavirus-esta-sendo-superdimensionado.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2022.

⁷ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/24/bolsonaro-pede-na-tv-volta-a-normalidade-e-fim-do-confinamento-em-massa.ghtml>. Acesso em: 04 abr. 2023.

		<p>(1b) “<i>Nosso ministro da Saúde</i> reuniu-se com quase todos os secretários de Saúde dos estados para que o planejamento estratégico de enfrentamento ao vírus fosse construído. E, desde então, o Dr. Henrique Mandetta vem desempenhando um excelente trabalho de esclarecimento e preparação do SUS para atendimento de possíveis vítimas”.</p> <p>(1c) “Mas, o que <i>tínhamos</i> que conter naquele momento era o pânico, a histeria e, ao mesmo tempo, traçar a estratégia para salvar vidas e evitar o desemprego em massa. Assim <i>fizemos</i>, quase contra tudo e contra todos”.</p> <p>(1d) “Sem pânico ou histeria, <i>como venho falando</i> desde o princípio, <i>venceremos</i> o vírus e <i>nos orgulharemos</i> de estar vivendo nesse novo Brasil, que tem tudo, sim, tudo para ser uma grande nação”.</p> <p>(1e) “O vírus chegou, <i>está sendo enfrentado por nós</i> e brevemente passará.</p>	<p>“Nosso ministro da Saúde”</p> <p>“Tínhamos” “Fizemos”</p> <p>“Como venho falando” “Venceremos” “Nos orgulharemos”</p> <p>“Está sendo enfrentado por nós”</p>
	e2 – Mídia	<p>(1f) “Grande parte dos <i>meios de comunicação foram</i> na contramão. <i>Espalharam</i> exatamente a sensação de pavor, tendo como carro-chefe o anúncio do grande número de vítimas na Itália. Um país com grande número de idosos e com um clima totalmente diferente do nosso. O cenário perfeito, potencializado pela <i>mídia</i>, para que uma verdadeira histeria se espalhasse pelo nosso País”.</p>	<p>“Meios de comunicação” “Foram” “Espalharam” “Mídia”</p>
Defesa da economia/Manutenção dos Empregos	L1/E1 – Jair Bolsonaro/Governo Federal	<p>(2) <i>Nossa vida</i> tem que continuar. Os empregos devem ser mantidos. O sustento das famílias deve ser preservado. <i>Devemos</i>, sim, voltar à normalidade”.</p>	<p>“Nossa” “Devemos”</p>
Contrariedade às medidas restritivas	e3 – Alguns poucos governadores e prefeitos	<p>(3) “<i>Algumas poucas autoridades estaduais e municipais</i> devem abandonar o conceito de terra arrasada, a proibição de transportes, o fechamento de comércio e o confinamento em massa”.</p>	<p>“Algumas poucas autoridades estaduais e municipais”</p>

<p>Minimização dos efeitos da COVID-19</p>	<p>L1/E1 – Jair Bolsonaro/Governo Federal e4 – Drauzio Varella</p>	<p>(4) “O que se passa no mundo tem mostrado que o grupo de risco é o das pessoas acima dos 60 anos. Então por que fechar escolas? Raros são os casos fatais de pessoas sãs com menos de 40 anos de idade. 90% de nós não <i>teremos</i> qualquer manifestação, caso se contamine. <i>Devemos</i> sim, é ter extrema preocupação em não transmitir o vírus para os outros, em especial aos <i>nossos</i> queridos pais e avós, respeitando as orientações do Ministério da Saúde. <i>No meu caso</i> particular, pelo <i>meu histórico de atleta</i>, caso fosse contaminado pelo vírus não precisaria <i>me preocupar</i>, nada sentiria ou seria, quando muito, <i>acometido</i> de uma gripezinha ou resfriadinho, <i>como bem disse aquele conhecido médico daquela conhecida televisão</i>”.</p>	<p>“Teremos” “Devemos” “Nossos” “No meu caso” “Meu histórico de atleta” “Fosse contaminado” “Me preocupar” “Acometido” “Como bem disse aquele conhecido médico daquela conhecida televisão”</p>
<p>Possibilidade do uso da cloroquina para o tratamento da COVID-19</p>	<p>L1/E1 – Jair Bolsonaro/Governo Federal</p>	<p>(5) “Enquanto <i>estou falando</i>, o mundo busca um tratamento para a doença. O FDA americano e o Hospital Albert Einstein, em São Paulo, buscam a comprovação da eficácia da Cloroquina no tratamento do Covid-19. <i>Nosso governo</i> tem recebido notícias positivas sobre esse remédio fabricado no Brasil, largamente utilizado no combate à malária, ao lupus e à artrite”.</p>	<p>“Estou falando” “Nosso governo”</p>

Fonte: Elaborado pelos autores.

A partir da leitura do Quadro 1, é possível identificar quatro principais instâncias enunciativas do PDV no pronunciamento em questão, sendo uma a instância que profere a proposição-enunciado e que assume para si a RE pelos conteúdos proposicionais, isto é, L1/E1 (Jair Bolsonaro/Governo Federal), e três que são introduzidas por esse locutor-enunciador primário em sua enunciação – e2 (mídia), e3 (modalizado como “alguns poucos” governadores e prefeitos) e e4 (Drauzio Varella, que inferimos por meio de marcas linguístico-discursivas presentes na tessitura do texto). Sobre L1/E1, assumimos que essa instância surge do sincretismo de dois locutores, o Governo Federal e o à época presidente Jair Bolsonaro. Nesse texto, L1/E1 ora aparece como um “nós” – “Começamos”, “Sabíamos”, “Está sendo enfrentado por nós”, por exemplo –, ora como um “eu” – “Como venho falando”, “No meu caso”, “Meu histórico de atleta”, entre outros exemplos. Assim, Bolsonaro, como ser do mundo e sujeito que

fala, assume a posição de proferir o enunciado. Fala em seu nome, mas também representa o Governo Federal.

Quanto aos enunciadores segundos, observamos, primeiramente, a presença de e2 (a mídia) na enunciação de L1/E1. Essa segunda instância enunciativa se revela por meio dos itens lexicais “meios de comunicação”, “imprensa brasileira” e “mídia”. Em seguida, temos e3 (“alguns poucos” governadores e prefeitos), introduzido no texto por meio da expressão referencial “poucas autoridades estaduais e municipais”, e e4 (Drauzio Varella), que surge na enunciação de L1/E1 por meio de um dêitico de memória, assinalado no uso do sintagma “aquele conhecido médico daquela conhecida televisão”. De acordo com Santos e Cavalcante (2014, p. 237), “chamar sintagmas [...] de dêixis memorial implica considerar que os interlocutores partilham de informações que estão em sua memória discursiva, mas não estão explícitas textual nem contextualmente”. Assim, L1/E1 invoca implícita e intertextualmente a figura do médico Drauzio Varella, pressupondo que seus interlocutores possuam o conhecimento prévio sobre uma fala antiga em que e4 chegou a minimizar a preocupação em torno da pandemia de COVID-19 no Brasil⁸. Logo, é na interação intersubjetiva, como defendem Mondada e Dubois (2022) e Adam (2008), que os sentidos do texto são construídos.

Sabendo que um texto pode ecoar diferentes vozes, e que cada uma delas, como fonte de conteúdos proposicionais, assumirá determinada posição enunciativa, Rabatel (2016) nos diz que, com relação à RE, o L1/E1 pode, por sua própria conta, ou assumir a RE pelos conteúdos proposicionais, pois os julga verdadeiros, ou, ainda, imputar os conteúdos proposicionais a um enunciador segundo (e2). Nesse último caso, o autor mostra que é possível a L1/E1 demonstrar seja uma atitude de acordo, desacordo ou neutralidade ante o PDV imputado a e2. Nos exemplos (1a), (1b), (1c), (1d), (1e), (2), parte de (4) e (5) é possível observar, por meio das marcas linguísticas destacadas, que L1/E1 assume a responsabilidade pelo seu dizer, posicionando-se assertivamente quanto aos subtópicos denominados por nós de *enfrentamento ao coronavírus, defesa/manutenção dos empregos, minimização dos efeitos da COVID-19 e indicação da cloroquina para o tratamento da COVID-19*. Nesse sentido, uma

⁸ Em vídeo de 30 de janeiro de 2020, divulgado em seu canal do *YouTube*, o médico oncologista chegou a afirmar não haver motivo para a população brasileira ter pânico ante a até então chamada “epidemia de COVID-19” que se espalhava pelo mundo, e que ele próprio estava levando uma vida normal. Alertando sobre a dinamicidade da pandemia, Drauzio Varella irá se retratar posteriormente em relação a suas falas antigas, destacando que “quem minimiza essa situação [a gravidade da pandemia de COVID-19] [...] é irresponsável” (VARELLA, 2020). Contudo, mesmo diante desse novo posicionamento, Varella teve suas falas antigas reproduzidas, de forma descontextualizada, por autoridades políticas, como o então Presidente Jair Bolsonaro e seu Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/22/drauzio-varella-faz-alerta-de-que-video-antigo-tem-sido-compartilhado-e-reforca-que-isolamento-e-o-recomendado-no-momento.ghtml>. Acesso em: 20 dez. 2022.

vez que L1/E1 assume explicitamente a RE pelo seu dizer, haverá nos exemplos anteriormente apresentados a ocorrência do PDV assertado, conforme podemos encontrar em Rabatel (2016).

Dito isso, inicialmente L1/E1 procura demonstrar que está tomando atitudes para combater o coronavírus, como podemos observar nestes trechos: (1a) “Começamos a nos preparar para enfrentar o Coronavírus [...]” e (1b) “[...] desde então, o Dr. Henrique Mandetta vem desempenhando um excelente trabalho de esclarecimento e preparação do SUS para atendimento de possíveis vítimas”. Em seguida, em (1c) e (1e), L1/E1 continua a mostrar um posicionamento ativo e assertivo no combate ao vírus. Contudo, a partir de (1c), L1/E1 introduz em seu discurso duas questões que serão constantes ao longo de todo o texto: i) a ideia de “nós” (L1/E1) contra “eles” (enunciadores segundos) e ii) a minimização da gravidade da pandemia e dos efeitos da COVID-19.

Nas proposições-enunciado destacadas (1c), (1e) e (2), L1/E1 irá construir a imagem de um sujeito sensato, preocupado com o outro, em salvar vidas, mas também os empregos e a economia – (1c) “Mas, o que tínhamos que *conter naquele momento era o pânico, a histeria* e, ao mesmo tempo, traçar a estratégia para *salvar vidas e evitar o desemprego* em massa. Assim fizemos, quase *contra tudo e contra todos*” (grifos nossos); (1e) “O vírus chegou, *está sendo enfrentado por nós* e brevemente passará” (grifos nossos) e (2) “Nossa vida tem que continuar. *Os empregos devem ser mantidos. O sustento das famílias deve ser preservado*. Devemos, sim, voltar à normalidade” (grifos nossos). Os itens lexicais “pânico” e “histeria”, encontrados em (1c), mas retomados em outros excertos, (1d) e (1f), indicam o posicionamento de minimização da pandemia adotado por L1/E1 e sua atitude ante outros sujeitos – mais adiante identificados como a mídia, os governadores e prefeitos, mas que nesse momento do texto aparecem como “todos”, indeterminado. Assim, para L1/E1, enquanto ele adota uma atitude sensata, preocupado com a vida, os empregos e o sustento das famílias, outros, por sua vez, espalham o pânico, a sensação de pavor e a histeria.

Em (1f), ainda sobre o subtópico *enfrentamento ao coronavírus*, L1/E1 traz para cena a voz de e2 (a mídia) – identificada por meio das marcas linguísticas “meios de comunicação”, “foram”, “espalharam” e “mídia” –, imputando-lhe a RE por ir na contramão do que defendia o Governo e espalhar a “sensação de pavor” e “histeria”. Portanto, no contexto da imputação de RE, L1/E1 apresenta uma posição de discordância em relação ao PDV atribuído a e2, reiterando, assim, seu distanciamento ante os conteúdos proposicionais imputados a esse enunciador segundo. Como argumento em defesa de seu posicionamento, L1/E1 diz que e2 teria espalhado “a sensação de pavor, tendo como carro-chefe o anúncio do grande número de vítimas na Itália. Um país com grande número de idosos e com um clima totalmente diferente

do nosso”. Feitas essas considerações, não haveria, de acordo com o PDV assumido por L1/E1, motivos para que “uma verdadeira histeria se espalhasse pelo nosso País”. Ainda nessa proposição-enunciado, pudemos identificar a ocorrência de PDV narrado, pois o locutor primário mostra uma atitude de empatia a respeito de e2, sobre o seu dizer e agir, ao destacar que “parte da imprensa mudou seu editorial” e ao dar “parabéns, imprensa brasileira”, que pediu calma e tranquilidade à população.

Na proposição-enunciado (3), L1/E1 imputa a “alguns poucos” governadores e prefeitos (e3) – identificados no texto pelas marcas linguísticas “autoridades estaduais e municipais” – a RE pela “proibição de transportes, o fechamento de comércio e o confinamento em massa” como forma de evitar a propagação do vírus causador da COVID-19. Em (3), podemos perceber a não assunção de responsabilidade por L1/E1, ou seja, sua discordância ante o PDV atribuído a e3, no uso do modalizador deôntico “devem abandonar”, indicando, assim, seu PDV de contrariedade às medidas restritivas. Como destacado por Santos e Kallarrari (2022, p. 136), naquele momento da pandemia, março de 2020, o posicionamento da maioria das autoridades municipais e estaduais estava mais alinhado às diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS), que propunha, como meio de evitar a propagação do vírus (SARS-CoV-2), o isolamento social e a baixa circulação de pessoas nas ruas. Todavia, mesmo ante a recomendação de órgãos científicos como a OMS, Jair Bolsonaro será um crítico a propostas de quarentena e *lockdown*, porquanto, para ele, levando em conta seu PDV de minimização da pandemia, essas medidas podem ser encaradas como prejudiciais à economia, à manutenção dos empregos e à liberdade individual do cidadão brasileiro (SANTOS; KALLARRARI, 2022). Por fim, também é possível apontar a ocorrência de PDV narrado em (3), principalmente por meio dos termos “conceito”, “proibição”, “fechamento” e “confinamento”, que revelam, assim, os processos atribuídos a e3 e sobre os quais L1/E1 toma uma atitude.

No exemplo (4), ainda como meio de argumentar em favor de seu PDV contrário às medidas restritivas propostas e adotadas por e3, L1/E1 volta a minimizar a gravidade da pandemia de COVID-19. Para isso, traz dados que mostram que o grupo de risco da doença é o das pessoas acima dos 60 anos, e que “raros são os casos fatais de pessoas sãs com menos de 40 anos de idade”. Portanto, diante desse fato, L1/E1 defende que a maioria das pessoas não teria qualquer manifestação caso se contaminasse, mas mostra empatia pelo outro ao afirmar: “Devemos sim, é ter extrema preocupação em não transmitir o vírus para os outros, em especial aos nossos queridos pais e avós [...]”. De um modo geral, nessa primeira-parte da proposição-enunciado (4), L1/E1 adota um estilo mais neutro, impessoal e objetivo, sua voz sendo percebida somente por meio das marcas linguísticas “90% de nós não teremos”, “devemos” e

“nossos queridos pais e avós”, denotando, nesses momentos, uma maior aproximação entre L1/E1 e seu interlocutor. Contudo, identificamos no seguinte trecho: “No meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria, quando muito, acometido de uma gripezinha ou resfriadinho [...]”, a explicitação do PDV de L1/E1 quanto à minimização dos efeitos da COVID-19, sua presença sendo identificada nos pronomes “meus” e “me” e nas marcas morfológicas de primeira pessoa do singular. Assim, por se mostrar explicitamente no texto como a fonte enunciativa do seu dizer, L1/E1 quer deixar claro seu posicionamento quanto ao que ele considera a real situação da pandemia. Logo, encontramos nesse trecho a realização de PDV assertado.

Ainda nessa proposição-enunciado (4), numa fala que gerou bastante repercussão nos campos político, sanitário e social, L1/E1 chamará, ironicamente, a COVID-19 de “gripezinha” e “resfriadinho”, imputando, porém, à figura do médico Drauzio Varella (e4) – identificado no texto pela marca linguística “como bem disse aquele conhecido médico daquela conhecida televisão” – a RE por esse dizer. Por meio de insinuações, L1/E1 apela à memória e aos pré-discursos de seus interlocutores para a construção dos sentidos do texto, encobertando, assim, os nomes daqueles a quem se refere (SANTOS; KALLARRARI, 2022), no caso, Drauzio Varella e Rede Globo – “daquela conhecida televisão”. Nesse cenário, ao imputar a e4, um médico respeitado e conhecido, a RE por chamar a COVID-19 de “gripezinha” e “resfriadinho”, L1/E1 o faz a partir de uma posição de concordância e como estratégia argumentativa, pois quer mostrar que seu PDV está respaldado pelo dito de um especialista, uma voz de autoridade na área da saúde, que também havia minimizado, assim como L1/E1, a preocupação em torno da pandemia de COVID-19 no Brasil. Todavia, ainda que e4 possa ser responsabilizado por essa enunciação, o locutor-enunciador primário desconsidera o fato de que essa fala se apresenta descontextualizada, posto que Drauzio Varella irá apresentar, posteriormente, como já salientamos, um movimento de desacordo com seu próprio dizer, como se pode verificar em um vídeo de 23 de março de 2020⁹ – um dia antes do pronunciamento de Jair Bolsonaro que aqui analisamos –, no qual o médico chama de irresponsável “quem minimiza essa situação [a gravidade da pandemia de COVID-19]”. Considerando que L1/E1 apresenta, nessa segunda parte de e4, uma atitude a respeito do dizer de e4, podemos afirmar que há nessa proposição-enunciado a ocorrência de PDV narrado.

Na última proposição-enunciado destacada por nós, (5), L1/E1 assume explicitamente a RE pelo conteúdo proposicional referente à defesa da possibilidade de a cloroquina ser

⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=R20MG63Ju3M&t=148s>. Acesso em: 20 dez. 2022.

utilizada para o tratamento da COVID-19 – como podemos perceber por meio das marcas linguísticas “estou falando” e “nosso governo”. Pacheco *et al.* (2020) dizem que, desde o primeiro surto de COVI-19, em 2019, na China, estudos foram realizados com o objetivo de desenvolver vacinas e testar opções terapêuticas para a profilaxia e o tratamento dessa doença, por isso a afirmação de L1/E1 – “Enquanto estou falando, o mundo busca um tratamento para a doença”. Nesse cenário, março de 2020, a hidroxicloroquina e a cloroquina aparecem como possíveis fármacos que poderiam ser utilizados seja na prevenção, seja no tratamento da COVID-19, como exemplificado neste outro trecho de (5): “O FDA americano e o Hospital Albert Einstein, em São Paulo, buscam a comprovação da eficácia da cloroquina no tratamento do Covid-19. Nosso governo tem recebido *notícias positivas* sobre esse remédio fabricado no Brasil, largamente utilizado no combate à malária, ao lupus e à artrite” (grifos nossos).

Como os estudos realizados não eram conclusivos sobre a eficácia desses medicamentos, bem como não havia recomendação para seu uso¹⁰, essa proposição-enunciado de L1/E1, em que ele menciona ter recebido “notícias positivas” sobre os resultados dessas pesquisas, será vista negativamente pela comunidade científica, repercutindo também largamente nos meios de comunicação e nos campos político, científico, e entre a população brasileira. Mesmo que o uso de cloroquina e de hidroxicloroquina não seja recomendado, “nem na profilaxia da infecção por SARSCoV-2 nem no tratamento de pacientes com COVID-19 leve” (TANNI *et. al.*, 2021, p. 11), esse locutor-enunciador primário assume explicitamente a RE pelo PDV contrário, pois a possibilidade de uso desses medicamentos se apresenta como argumento em defesa de sua tese de que a economia e os empregos não podem parar, e o sustento das famílias não ser prejudicado. Tendo em vista a explícita assunção de responsabilidade por L1/E1 pelo conteúdo proposicional de (5), identificamos, nessa proposição-enunciado, a ocorrência de PDV assertado.

Considerações finais

Neste artigo, delineamos como objetivo principal investigar como se processa a responsabilidade enunciativa e o ponto de vista em um pronunciamento feito por Jair Bolsonaro sobre a pandemia da COVID-19 no Brasil. Para tal, mobilizamos como aporte teórico-metodológico a proposta de Análise Textual dos Discursos (ATD), conforme Adam (2008), em articulação com Rabatel (2016), com sua abordagem enunciativa do ponto de vista.

¹⁰ Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2020/03/21/bolsonaro-anuncia-aumento-de-producao-de-cloroquina-uso-contrario-coronavirus-nao-e-comprovado.htm>. Acesso em: 24 dez. 2022.

Em nossa análise, foi possível mostrar a existência de diferentes instâncias enunciativas no pronunciamento analisado. Na posição de locutor-enunciador primeiro (L1/E1), identificamos as figuras discursivas de Jair Bolsonaro e do Governo Federal. Nesse caso, defendemos que L1/E1 surge do sincretismo desses dois locutores, pois, ainda que o primeiro – locutor individual – seja a instância fônica imediata de produção do enunciado, ao falar, o faz também em nome do segundo – locutor coletivo. Como prova em defesa de nosso posicionamento, identificamos no texto as vozes desses dois locutores por meio de algumas marcas linguísticas verbais e pronominais de primeira pessoa do singular e do plural, como em “Começamos”, “Sabíamos”, “No meu caso”, “Meu histórico de atleta”, “Nosso governo”, entre outras. Como fonte principal, além de assumir para si a RE pelos conteúdos proposicionais, L1/E1 estabelece em sua enunciação um jogo dialógico ao imputar a RE a outros enunciadores. Assim, encontramos no texto, por meio de marcas linguísticas verbais, nominais e pronominais que revelam a quase-RE, um dito imputado a e2 (a mídia), a e3 (alguns governadores e prefeitos) e a e4 (que se presume ser o médico Drauzio Varella).

No contexto da assunção de RE, verificamos que L1/E1 assume por conta própria, e de forma explícita, a responsabilidade pelos subtópicos *enfrentamento ao coronavírus, defesa/manutenção dos empregos, minimização dos efeitos da COVID-19 e indicação da cloroquina para o tratamento da COVID-19*. Ao apresentar uma atitude assertiva em relação a esses conteúdos proposicionais, L1/E1 quer construir ante seu interlocutor a imagem de um líder político preocupado com a saúde física, mas também com a economia e com a preservação dos empregos e renda das famílias brasileiras. No tocante à imputação de RE, foi possível identificar que L1/E1 atribui, por sua vez, à mídia (e2), a responsabilidade por espalhar a “sensação de pavor” e de “histeria”; a alguns governadores e prefeitos (e3) a responsabilidade pela proibição de transportes, o fechamento de comércio e o confinamento em massa; e a Drauzio Varella (e4) a responsabilidade por minimizar os efeitos da COVID-19, chamando-a de “gripezinha” e “resfriadinho”. Quanto aos dois primeiros PDV, L1/E1 adota uma posição de discordância – visto que esses PDV atribuídos a e2 e a e3 vão de encontro ao seu próprio PDV de minimização da pandemia da COVID-19 e de defesa da economia, dos empregos e da liberdade individual do cidadão brasileiro –, e, no que diz respeito ao terceiro, mostra uma posição de concordância. Nessa última situação, L1/E1 toma partido da RE imputada a e4, mas o faz com ironia e como argumento de autoridade para defesa do seu próprio PDV.

Compreendidas quais são as instâncias enunciativas do PDV, por meio das marcas linguísticas encontradas no texto, pudemos observar em nosso *corpus* a predominância dos PDV assertado e narrado. Enquanto no primeiro caso L1/E1 assume explicitamente ser a fonte

enunciativa do que ele diz, no segundo, esse locutor-enunciador primário imputa a RE a outros enunciadores e, sobre os dizeres imputados, mostra seja uma atitude de acordo – no caso do PDV imputado a e4 –, seja de desacordo – quanto aos PDV imputados a e2 e e3. Logo, a gestão das diferentes vozes assume um importante papel argumentativo no pronunciamento. Aqui, cada uma dessas vozes desempenha uma função estratégica no jogo discursivo de L1/E1 – em sua tentativa de persuasão sobre seu interlocutor ou auditório –, construindo, então, um efeito interpretante mais global na enunciação do locutor-enunciador principal.

Por último, acreditamos que com este trabalho oferecemos aos pesquisadores do texto e do discurso, bem como a outros interessados, uma contribuição teórica e analítica significativa, pois, a partir dela, podemos compreender cientificamente o posicionamento enunciativo do Presidente da República e do Governo Federal a respeito da crise sanitária de COVID-19 no Brasil. Dito isso, neste artigo nos detemos no exame de um único texto, cujos resultados se revelaram positivos quanto à aplicabilidade da proposta teórico-metodológica de Adam (2008) para o estudo da RE e do PDV no gênero Pronunciamento Presidencial. Todavia, para que possamos delinear globalmente o posicionamento enunciativo de L1/E1, consideramos necessária a ampliação de nosso *corpus* para outras enunciações oficiais do à época presidente brasileiro.

Referências

ADAM, J-M. **A linguística textual**: introdução à análise textual dos discursos. Tradução Maria das Graças Soares Rodrigues *et al.* São Paulo: Cortez, 2008.

CAVALCANTE, J. R. *et al.* COVID-19 no Brasil: evolução da epidemia até a semana epidemiológica 20 de 2020. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 29, n. 4, p. 1-13, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/zNVktw4hcW4kpQPM5RrsqXz/?lang=pt>. Acesso em: 18 dez. 2022.

LOPES, F. C.; BRITO, T. R. de; SANTOS, B. A. Discursos de Jair Bolsonaro durante a pandemia de COVID-19 e sua relação com a desinformação: um olhar pela análise de discurso. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 18, p. 01-22, 2022. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1800>. Acesso em: 18 dez. 2022.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: Uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, M. M; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (org.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2022. p. 17-52.

PACHECO, R. L. *et al.* Hidroxicloroquina e cloroquina para Covid-19. Revisão sistemática rápida. **Sírio Libanês**, São Paulo, s/p, 2020. Disponível em: <https://oxfordbrazilebm.com/index.php/2020/04/19/rapid-review-hidroxicloroquina-covid19/>. Acesso em: 24 dez. 2022.

RABATEL, A. **Homo Narrans**: por uma abordagem enunciativa e interacionista da narrativa: pontos de vista e lógica da narração teoria e análise. Tradução Maria das Graças Soares Rodrigues; Luis Passeggi; João Gomes da Silva Neto. São Paulo: Cortez, 2016.

SANTOS, J. C.; KALLARRARI, C. Estratégias de polidez em um pronunciamento de Jair Bolsonaro sobre a pandemia da COVID-19. **Revista Philologus**, Ano 28, n. 83, Rio de Janeiro: CiFEFiL, p. 124-141, 2022.

SANTOS, L. W. dos; CAVALCANTE, M. M. Referenciação: *continuum* anáfora-dêixis. **Intersecções**, n. 1, p. 224-249, 2014.

TANNI, S. A. *et al.* Uso de hidroxiquina para prevenir a infecção por SARS-CoV-2 e tratar COVID-19 leve: revisão sistemática e meta-análise. **J Bras Pneumol**, v. 47, n. 5, p. 1-11, 2021. Disponível em: <http://www.jornaldepneumologia.com.br/details/3576/pt-BR/uso-de-hidroxiquina-para-prevenir-a-infeccao-por-sars-cov-2-e-tratar-covid-19-leve--revisao-sistemica-e-meta-analise#>. Acesso em: 24 dez. 2022.

Sobre os autores

Hugo Henrique Trajano de Sousa (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-7951-1596>)
Graduado em Tecnologia em Gestão de Turismo pelo Instituto Federal do Ceará (IFCE) e em Letras (Português e Espanhol) pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Atualmente é mestrando em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL) da Universidade Federal do Ceará.

Aurea Zavam (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-1645-3330>)
Doutora e mestre em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Graduada em Letras pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Foi professora de língua portuguesa no ensino fundamental e médio na rede particular de ensino. É Professora da Unidade de Prática de Ensino do Departamento de Letras Vernáculas, do Programa de Pós-graduação em Linguística (PPGL) e do Mestrado Profissional em Letras (ProfLetras) da UFC.

Recebido em janeiro de 2023.

Aprovado em abril de 2023.